

JORNAL da ANE

Associação Nacional de Escritores

ANO XIII, nº 105, fevereiro / março - 2021

AINDA SARAMAGO E O ESTILO

M. Paulo Nunes

Talvez estejamos insistindo por demais nestas notas sobre o problema do estilo na construção da obra de arte. E que toda arte é estilo. Sem estilo não há literatura. Ou como dizia o velho Eça, a obra de arte somente subsiste pelo estilo. Fidelino de Figueiredo denominou a esta obsessão pelo estilo entre os grandes escritores de a luta pela expressão. É esta luta que fazia com que Flaubert, na elaboração de uma página, despendesse tal esforço que desse trabalho saía extenuado. Ou levasse Gabriel García Márquez a declarar numa entrevista que passava às vezes toda uma manhã para produzir meia página. Ou ainda o próprio Eça a transformar-se no terror dos tipógrafos, ao emendar páginas sobre páginas no propósito de encontrar a expressão exata. E a despeito

disso, chegasse a lamentar que jamais alcançaria a nota justa da realidade transitória, como Balzac, ou a nota perfeita da realidade eterna, como o divino Flaubert.

Isto os defendia da facilidade ou daquela doce ilusão entre os pretensos escritores que por aí abundam de que escrever bem é escrever com facilidade. Nada disto, pois aquela aparente simplicidade que se observa, por exemplo, em Machado de Assis, é o resultado de um tremendo esforço de elaboração artística ou estilística, se o quiserem. Nada de receita fácil se se quer atingir a perfeição em matéria literária. Neste sentido, já o advertia o velho João Ribeiro em suas *Páginas de estética*, justamente no capítulo “Estilo e Forma Literária”.

Continuação na página 8

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS: CENTO E ONZE ANOS

Rogério Faria Tavares (*)

Fundada no Natal de 1909, em Juiz de Fora, a Academia Mineira de Letras (AML) celebra mais um aniversário em plena forma. Fiel ao sonho de seus idealizadores, ela prossegue, ativa e determinada, em sua missão de promover a Literatura e a Língua Portuguesa. Guardiã da memória intelectual do estado, por seus quadros passaram alguns dos nomes mais emblemáticos de nossa história, como Abgar Renault, Afonso Arinos de Melo Franco, Bartolomeu Campos de Queirós, Cyro dos Anjos, Emílio Moura, Henriqueta Lisboa e Hilton Rocha, além de estadistas como Juscelino Kubitschek, Oscar Dias Correa, Pedro Aleixo e Tancredo Neves. Atenta ao fenômeno literário tal como ele se manifesta nos dias de hoje, nos últimos anos ela abriu suas portas a manifestações fundamentais para a compreensão da literatura contemporânea, como a chamada literatura marginal e a literatura indígena.

Se a pandemia levou a entidade a suspender a sua intensa programação presencial, no Auditório Vivaldi Moreira, na sede da Rua da Bahia, em Belo Horizonte, a migração de suas atividades para a Internet abriu um mundo de novas possibilidades. Em março, o número de seguidores do canal exclusivo da entidade no *you tube* era inferior a duzentos. Hoje, ele se aproxima dos dois mil. Toda semana, desde o começo do isolamento social, postamos uma conferência inédita na rede, sempre sobre tema de interesse cultural. E o público, ávido por conteúdos de qualidade, prestigia. Assim, promovemos palestras sobre Afonso Arinos Filho, Carolina Maria de Jesus, Chico Buarque, Clarice Lispector, Elvira Vigna, Helena Morley, João Cabral de Melo Neto, João Camilo de Oliveira Torres, e tantos outros.

Continuação na página 10

IAPOI, UMA BELEZURA!

sôniahelena

“No terreiro tinha as festa do dia dos orixá, viu? Era umas cinco festança inormi por ano. Coisa linda demais. Cada festa tem as comida, as frô, as música e as cor que a divindade gosta, que é pra mode agradar.”

É assim que Juve (ou Juvêncio), moço gasto no dizer da narradora-personagem de *Iapoi*, dirige-se a ela nas suas incontáveis conversas sobre tudo e nada, sobre a vida e os homens, sobre sonhos e sentimentos.

E não só ele, mas também Carmem, Seu Pepe, Gildomar, Poliana, Luzia e outros mais, almas puras de um Brasil esquecido de muitos, ou desconhecido de tantos, poeticamente retratado e indignadamente denunciado por essa mulher um tanto cosmopolita, um tanto Maria Bonita, um tanto viajeira, um tanto cangaceira, bastante brasileira, bastante sonhadora e profundamente verdadeira.

Em catorze estórias, ou contos, ou “assucedidos”, Vevalença Moraes narra, com uma linguagem forte de quem, conhecedora da vida, entende a alma humana, reconhece o Outro e respeita as diferenças, linguagem de pessoa letrada que se põe a conversar com os caboclos, ou matutos, ou pescadores de uma pequena cidade perdida no litoral do Nordeste do Brasil, pessoas apenas algarismadas porque das letras não puderam saber por não lhes ter sido dada a oportunidade de aprender. Em catorze estórias, nas quais muito habilmente varia o tom e o humor, Vevalença revela costumes, tradições, hábitos, habilidades, crenças, credences e superstições conhecidas dos moradores locais, mas ignoradas pelos eruditos e intelectuais.

Sempre protegido por seu patuá, Juvêncio protagoniza o primeiro conto e ressurgue em vários outros, como um fio de alinhavo dos diversos retalhos de uma colcha que, tendo cada um característica e beleza próprias, ganham excelência na composição final.

A mistura do linguajar múltíscio da narradora-personagem com o falar simples dos nativos, do tradicional com o inusitado, do convencional (ou correto) com o local (ou inculto), do vernáculo com o quase-dialeto nos diálogos sucessivos e variados, que lembram Saramago ao não diferenciar quem fala de quem ouve, deixando ao leitor o prazer da descoberta, é de uma originalidade surpreendente. O texto de Vevalença Moraes tem o seu jeito de ser, o seu tom e a sua alma e mostra a sua verdade, desnuda, sem pejo e sem medo.

Continuação na página 8

DE LIVROS E PENÚRIA: DOSTOIÉVSKI E GARCÍA MÁRQUEZ

Vera Lúcia de Oliveira

Em 1867, Fiódor M. Dostoiévski começou a escrever o romance *O idiota*. Cem anos mais tarde, em 1967, Gabriel García Márquez publicaria *Cem anos de solidão*. Duas obras-primas. Dois gigantes da literatura, duas vidas de pobreza semelhante.

Quando Dostoiévski terminou de escrever a primeira parte de *O idiota*, na Suíça, foi direto ao correio em companhia da esposa Ana Grigoryévna enviá-la ao editor na Rússia. Teve, no entanto, de adiar a remessa, pois só tinha metade do dinheiro necessário. Ao sair do correio, Ana Grigoryévna sugeriu penhorar a saia de lã para obter a quantia faltante. Dostoiévski não aceitou. A mesma coisa aconteceu com o colombiano García Márquez, também acompanhado da esposa Mercedes, no México, sem recursos para enviar o romance *Cem anos de solidão* para a editora Sudamericana, em Buenos Aires, onde seria publicado; precisou dividi-lo em duas partes, pois o dinheiro não dava para o envio de uma só vez. Ideia de Mercedes, que em seguida iria penhorar as alianças de casamento para enviar o restante do livro, que o ajudaria a ganhar o Nobel de Literatura em 1982, pelo conjunto da obra.

Dostoiévski e García Márquez não têm semelhança estilística, nem poderiam ter. O escritor russo viveu e morreu no século dezenove (1821-1881), escreveu romances trágicos, metafísicos, sobre a natureza humana; ergueu catedrais. García Márquez nasceu no século vinte (1927-2014), tratou da vida na Colômbia, seu país, com uma mistura de sonho, mito, fantasia, ou realismo mágico – como chamaram a sua obra-prima, e também com o olhar do homem político sobre o imaginário de sua gente pobre e explorada, crítico de uma sociedade colonizada e vítima do capital financeiro. Mas cada qual a seu modo foi o grande escritor nacional, pois eram apaixonados pela terra natal e nela sempre buscaram inspiração, criando personagens imortais. Quem nunca ouviu falar dos irmãos Karamázov? Ou dos Buendía e de Macondo?

Mas o que liga os dois em um momento que antecederia o sucesso mundial como escritores geniais é a situação de penúria de ambos, sempre açoitados pela miséria. Sempre o maldito dinheiro. Depois de cinco anos fora da Rússia, vivendo no aperto, jogando na roleta, penhorando todos os objetos e roupas, como mendigos, habitando um só quarto, recebendo parcamente seus diretos autorais, ansioso, Dostoiévski resolve escrever um extenso romance, que seria uma de suas obras-primas

e de toda a literatura, *O idiota*, história comovente de um príncipe, Míchkin, cheio de amor cristão, que encantou e encanta ainda hoje os leitores do mundo inteiro, sua personagem mais autobiográfica. Bondoso e epilético como o autor. Enquanto escrevia o romance, mudou de residência cinco vezes: Genebra, (duas vezes), e Vevey, na Suíça; Milão e Florença, na Itália, onde conclui o livro em 1869. A pobreza, o exílio, a dor da morte da filha pequena, mais a gravidez da mulher, a falta de amigos, o aumento das crises epiléticas seriam condições que desanimariam qualquer escritor, mas para ele foram desafios a serem suplantados, pois tinha fé em Deus e na literatura como missão.

García Márquez, o Gabo, vivendo na Cidade do México desde os anos sessenta (chegou no dia em que Hemingway estourou os miolos com uma espingarda – guardou a data de 1961), lá escreve *Cem anos de solidão*, história emocionante e também alegórica dos cem anos de ditadura na América Latina, representada por sete gerações de uma família, os Buendía. Guardou a memória de sua família numerosa, a lembrança da infância pobre, como de certo dia em que a mãe cozinhou um mísero joelho de porco e alimentou a família por cinco dias. Eram lembranças assim que Gabo misturava com a sua prodigiosa imaginação. E, como Dostoiévski, escreveu para jornais e revistas até encontrar o caminho de ficcionista que lhe daria a glória literária. São dois autores em tudo diferentes: desde a história pessoal, passando pela educação recebida, pela formação intelectual, pelas paisagens que seus olhos avistaram, até pelas crenças e objetivos de vida, mas unidos pelo poder da imaginação criadora, pelo desejo de falar de seu tempo e de seu país.

García Márquez leu *O duplo* de Dostoiévski, ficou atônito e tentou até roubar um exemplar da livraria em Barranquilla, quando jovem. Já Dostoiévski teria, com certeza, derramado uma lágrima furtiva pelo coronel Aureliano Buendía, que está diante de um pelotão de fuzilamento na cena inicial de *Cem anos de solidão*, lembrando-se talvez desse lugar onde ele próprio, Dostoiévski, já estivera, vítima que fora de uma encenação macabra do czar. Ambos os autores criaram personagens complexas, nas quais o humor e a compaixão se tocam e se misturam de maneira sublime. Foram igualmente amados, cuidados e amparados pelas esposas, Ana Grigoryévna e Mercedes – fiéis escudeiras – que tornaram possível o sonho de grande escritor desses dois Quixotes maravilhosos.

Soneto do Mês

ARQUEJO

Hermes Fontes



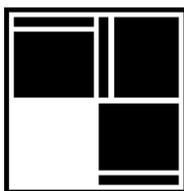
Comoção de Minha Alma iluminada...
Maturidade esplêndida do Amor...
... Para quê? É-me inútil a escada
e já descri de ser o vencedor...

Desfeito o altar, por que manter a escada?
Meu destino é de chamas e esplendor,
mas olho em derredor, não vejo nada,
senão a minha Sombra e a minha Dor!

A minha Dor – essa imortal ruína;
a minha Sombra – essa espiã divina,
e a minha Solidão, em torno a mim:

e esta desilusão, e esta saudade,
e esta mentira de celebridade,
e este cansaço de esperar o fim...

(Seleção de Napoleão Valadares)



Associação Nacional de Escritores

www.anenet.com.br

SEPS EQS 707/907 Bloco F – Edifício Escritor Almeida Fischer
CEP 70390-078 – Brasília – DF
Telefones: (61) 3443-8207 / 3242-3642
E-mail: contato.anedf@anenet.com.br

29ª DIRETORIA
2019-2021

Presidente: Fabio de Sousa Coutinho
1º Vice-Presidente: Roberto Nogueira Ferreira
2º Vice-Presidente: Edmilson Caminha
Secretária-Geral: Sônia Helena
1º Secretário: Jolimar Corrêa Pinto
2º Secretária: Noélia Ribeiro

1º Tesoureiro: Salomão Sousa
2º Tesoureiro: Ariovaldo Pereira de Souza
Diretor de Biblioteca: Gilmar Duarte Rocha
Diretora de Cursos: Kátia Luzia Lima Ferreira
Diretora de Divulgação: Vera Lúcia de Oliveira
Diretor de Edições: Afonso Ligório
Conselho Administrativo e Fiscal: Adirson Vasconcelos, Anderson Braga Horta, Danilo Gomes, José Carlos Brandi Aleixo, José Jeronymo Rivera, José Peixoto Júnior e Napoleão Valadares.

JORNAL da ANE nº 105 – fevereiro / março - 2021

Editor

Afonso Ligório Pires de Carvalho
(Reg. FENAJ nº 286)

Revisão

Napoleão Valadares

Conselho Editorial

Adirson Vasconcelos, Anderson Braga Horta,
Danilo Gomes, Edmilson Caminha e
Fabio de Sousa Coutinho

Diagramação

Bruno Eustáquio

Impressão: Editora Otimismo Ltda.

SIBS Qd. 3 - Conj. C - Lt. 26 - N. Bandeirante - Brasília - DF - CEP: 71736-303
(61) 98625-2636 / 3386-0459 - grupoeditoraotimismo@gmail.com

Toda colaboração não solicitada será submetida ao Conselho Editorial.

NO ALBAMAR, OUTRORA

Danilo Gomes

(A Fabio de Sousa Coutinho, escritor, carioca e tricolor)

“A maior fascinação das ilhas sedutoras é serem desabitadas. Lá só moram as gaivotas, os trinta-réis, as aves limpas do mar. E quem ali aportar respira com a liberdade aliviada de um Robinson, prova a bem-aventurança da solidão. (...) Céu azul, brisa mansa, o mar está chamando.” (Vivaldo Coaracy, na crônica “Jurubahybas”).

Numa de minhas inúmeras viagens à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro fui duas ou três vezes almoçar no velho restaurante Albamar, bastante conhecido e até famoso. Mas isso foi há muito tempo, quando eu fazia pesquisas para meus livros “Uma rua chamada Ouvidor” (1980) e “Antigos cafés do Rio de Janeiro” (1989).

Situado na Praça Marechal Âncora, 184, no Centro histórico, próximo à Praça XV, o Albamar parece uma larga torre, com sua cúpula abobadada. O restaurante propriamente dito é quase centenário, pois funciona desde 1933. Na verdade, é a última construção que sobrou do antigo Mercado Municipal do Rio de Janeiro.

A torre em que está instalado o Albamar é uma das quatro que guardavam o imponente Mercado. Com a central, mais alta, eram cinco torres. Mais de 20 mil metros quadrados davam guarida a 16 ruas internas e centenas de lojas, sob uma estrutura de ferro importada da Europa e demolida na década de 1950. A torre do Albamar escapou à fúria da demolição (para dar lugar ao Viaduto da Perimetral). E só escapou graças à influência política do proprietário e fundador do restaurante, o poderoso empresário Rodolfo Souza Dantas. É o tal negócio: quem tem padrinho não morre pagão; nem paga o pato...

Pois bem, pois muito que bem. Devo acrescentar que o salão do restaurante ganhou uma repaginada nos últimos anos. No “meu tempo” o restaurante era um tanto rústico, posto que distinto. Estava atravessando uma temporada de baixa. Mas o torreão continuava firme, como na época áurea, em que alguns fregueses da casa eram Getúlio Vargas, Carmen Miranda, Carlos Lacerda, Mário Lago, Juscelino Kubitschek, o poeta e memorialista Augusto Frederico Schmidt, o cronista e compositor Antônio Maria, o poeta Vinícius de Moraes, o professor e escritor Arnaldo Niskier, o maestro soberano Tom Jobim, o romancista José Lins do Rego e o escritor Rui Lima do Nascimento (amigos e ambos ligados à cúpula dirigente do Flamengo; Rui, primo de Jorge Amado, mora há anos em Brasília, no Lago Norte).

Naqueles áureos tempos, o ambiente do Albamar era seu tanto sofisticado e, ao mesmo tempo, informal, como o de alguns restaurantes e grutas de peixes e frutos do mar do Arco do Teles, perto dali.

Desde 2010 o Albamar é comandado pelo **chef** Luiz Incao, que, com sócios e muita dificuldade, reergueu a casa, dando-lhe condições de maior conforto, sem perda do antigo charme. Ele trabalhou por 18 anos na cozinha do icônico hotel Copacabana Palace. Por certo fez ali seu “Cordon Bleu”, seu doutorado em culinária de primeira linha.

Outra figura ilustre da casa é o garçom José Sousa Nóvoa, conhecido por Pepe. Ele ali trabalha há mais de meio século. Galego, com um resquício de sotaque espanhol, Pepe tornou-se um carioca de coração e é fervoroso torcedor do Fluminense. Ele anota os pedidos dos fregueses com uma caneta tricolor (ele exclama, risonho: “Veja que linda!”).

O Albamar é conhecido pelos pratos à base de peixes e por um **menu** de receitas antigas, como a rã à provençal e o haddock ao leite de coco, bem como o Arroz Maru (arroz, brócolis, lula picada, polvo picado, cherne, camarões, mexilhões, queijo ralado, alho, cebola, tomate, azeite). Esse Arroz Maru é uma ancestral receita japonesa de muito sucesso.

No “meu tempo” (como dizem os velhotes), quase 50 anos atrás, o Albamar era mais simples e frugal, posto que elegante, distinto, como eu disse. Eu gostava de pedir uma mariscada, como aquelas dos restaurantes e grutas lusitanos do Arco do Teles, do Largo do Machado ou da Rua da Conceição.

Em 1967 a Editora do Autor publicou o livro “Guanabara”, na sua série “Brasil, Terra & Alma”. Os textos de vários autores foram selecionados por Marques Rebêlo, da Academia Brasileira de Letras. No livro estão o Rio, sua História e suas histórias. No Apêndice, encontramos “Seis roteiros turísticos”. Há indicações preciosas, mas não se menciona explicitamente o nome de nenhum estabelecimento comercial, para evitar maledicências e disse-que-disse.

Assim, na pág. 206 vamos encontrar o seguinte:

“Almoçar nos restaurantes portugueses da Rua da Conceição ou nos restaurantes árabes das ruas da Alfândega e Senhor dos Passos. Após o almoço, encaminhar-se para o Largo da Carioca e visitar a Igreja e o Convento de Santo Antônio, a Igreja de São Francisco da Penitência e, perto, na Avenida Rio Branco, o Museu Nacional de Belas Artes.”

E, na pág. 208, o ponto que aqui nos interessa: “Almoçar nas proximidades do Museu da Imagem e do Som, onde há um restaurante especializado em peixes e frutos do mar e que funciona em edificação remanescente do antigo Mercado Municipal, à beira do cais. Depois do almoço, visitar o Museu Histórico Nacional.”

Qualquer Sherlock Holmes de botequim desvenda esse “mistério da beira do cais”: o “restaurante especializado” não é outro senão o célebre Albamar. Charada fácil, para iniciantes e novatos...

Para encerrar esta breve viagem turístico-gastronômica, um trecho que colho na pág. 78 do livro “Guia de Roteiros do Rio Antigo”, de Berenice Seara (assim mesmo: Seara), de O Globo, 2004, 2ª ed., 208 págs.:

“Depois da caminhada, uma pausa para descanso no restaurante Albamar, no centro da Praça Marechal Âncora. O Albamar é o único remanescente do antigo Mercado da Praça Quinze, construído em 1908 em estrutura metálica fabricada na Inglaterra e na Bélgica, com 22,5 mil metros quadrados e 24 metros de altura, que foi demolido para a construção do Elevado da Perimetral. O restaurante, que ocupava um dos cinco torreões do mercado desde 1933, foi

o único que sobreviveu ao desmante. De lá tem-se uma admirável vista da Baía de Guanabara.”

De fato, uma linda, esplendorosa vista. Enquanto almoçava, eu podia contemplar a beleza do mar, com as históricas e heroicas barcas da Cantareira indo para Niterói ou para a Ilha de Paquetá ou de lá regressando, lentamente, como “velhas tartarugas”, no dizer brincalhão de Vivaldo Coaracy. As barcas pertencem à C.C.V.F., ou seja, Companhia Cantareira de Viação Fluminense. Freguês constante daquelas barcas era o cronista e historiador carioca Vivaldo Coaracy (1882-1967), que, desde 1945, morava em Paquetá, seu refúgio e paraíso. Lá, ele era quase vizinho e muito amigo de Rachel de Queiroz e seu segundo marido, o médico Dr. Oyama Macedo. O casal então morava na Ilha do Governador. Em Paquetá morreu Vivaldo Coaracy, que foi pai de Dagmar e Ada Maria. É ele um de meus cronistas e memorialistas preferidos e hoje repousa no limbo da memória nacional, lamentavelmente. Está tão no ostracismo que uma pesquisa no Google nos fornece alguns dados sobre ele, mas em lugar de seu retrato está o retrato de... Dostoiévski. Poderiam divulgar ao menos o magnífico retrato dele em bico-de-pena, feito pelo talentoso Luís Jardim e que está no pátio de alguns de seus livros.

Voltemos ao restaurante Albamar, que hoje mudou de nome, mantendo a alta qualidade de seu cardápio. Agora ele se denomina Âncoramar.

Volto ao passado. Regresso ao “meu tempo” de Rio de Janeiro.

Uma brisa marinha suave e boa entrava pelas amplas janelas do Albamar, com vista para a maravilhosa Baía de Guanabara...

OLHOS ALEGRES

José Augusto de Castro e Costa

Vejo no espelho

Olhos alegres como dois sóis...

Olhos ávidos, a luzir e a girar...

Olhos de quem andou na vida alegremente,

Pra jubilar-se depois... pra depois extasiar!

Alegres, porém cansados,

Meus olhos a vagar lentamente,

Como cisnes sobre as águas a flutuar

As ilusões de um sonhador plenamente...

Olhos alegres, como dois bem-te-vis a gorjear!

Apraz-me vê-los assim, repletos de expressão.

Emocionados, num misto de gratidão

Com buscas nostálgicas de infinitos ais!

Olhos alegres! Reflexo de minha história clara e sombria!

Sei quanto se inebriaram nos laços da boemia,

Sonhando o sonho que passou, pra não voltar jamais!

A PANDEMIA E AS SUPOSIÇÕES

Paulo Madeira

“No princípio, Deus criou o céu e a terra...”, esta com estonteante abundância e variedade de componentes, um verdadeiro Paraíso...

Para nós!

Mas logo pisamos na bola... fomos expulsos de campo... e perdemos as benesses e a placidez reinantes lá e ficamos com as realidades existentes cá... E demos de cara com agruras, como pandemias, pragas, glaciações, terremotos, vulcões etc.

A cosmogonia dos Hebreus dizia serem eles a semente primordial de toda a Humanidade, Adão e Eva e descendentes... E que antes era Iahweh-Deus quem, pessoalmente, zelava pela boa vida de todos. Mas sucedeu aquela famosa DESOBEDIÊNCIA e Iahweh zangou-Se e LARGOU TUDO E TODOS AÍ À TOA...

E foi-se a vidinha ociosa (tecnicamente vagabunda) que tinha sido planejada para durar para sempre no Paraíso... E, em seu lugar, Adão e nós todos tivemos de aprender a sobreviver no novo habitat, modificado por aquele pecado.

Por isso é que foi “com o suor do rosto” que tivemos de fazer o esforço de procurar entender a natureza aqui fora. Ainda bem que ficamos com a possibilidade de ver que os fenômenos NÃO SÃO CAÓTICOS, acontecem algorítmicamente, decorrem sempre de outro, anterior, e prosseguem em outros, posteriores, enfim, têm dinâmicas concatenadas e padronizadas.

Graças a isso, nossos ancestrais mais curiosos, os proto-cientistas, arriscaram-se a interpretar os fenômenos como coisas NATURAIS, não mais como milagres de Iahweh. E entenderam que os fatos naturais comportavam-se com REGULARIDADES. Então, aqueles nossos ancestrais tão inteligentes começaram a olhar para os fatos SEM INTERPOR CRENÇAS INVENTADAS. Viram que as regularidades os tornavam compreensíveis e previsíveis. Um momento “heureca”, graças ao qual eles foram passando a ver que os fenômenos não eram MALUCOS... eram algo que, bem depois, passamos a designar como LEIS DA NATUREZA.

Entretanto, VEIO UM TROPEÇO!!!

Mesmo depois da sensata constatação acima, eles, ou seja, nós, tivemos a insensata desenvoltura de voltar a criar SUPOSIÇÕES. Felizmente, porém, a seguir, em movimento pendular, fizemos outra extraordinária descoberta, esta, bem REALISTA: Que as “leis da natureza” deviam ser RESPEITADAS. Mas não um respeito medroso e CRÉDULO e sim um respeito PRAGMÁTICO. Desse modo, passamos a contornar os contratempos naturais, como pandemias e tantos outros. E os, digamos agora,

proto-filósofos começaram a DEDUZIR também que os fenômenos não eram entidades pessoais divinoides, cheias de vontades, às vezes, bem caprichosas... E passaram a outra etapa da evolução da inteligência: VIRAM QUE HAVIA OS ACASOS. E que a eles nós estávamos EXPOSTOS. A seguir, produziram outro momento “heureca”. Perceberam que era possível interferir nos acasos, no andamento dos ‘maus’ acasos, e que era possível encaminhá-los para o que nos fosse mais conveniente. Não estávamos condenados a ficar passivos, como brinquedos de fenômenos, como pandemias, por exemplo. Não! Com alguma sabedoria, podíamos até domá-los. Mesmo depois de termos sido expulsos do Paraíso, onde estas coisas não aconteciam. Claro que tudo às escondidas de Iahweh...

Pois bem, depois de idas e vindas, POR COMPULSÃO, voltamos a complicar a vida, emperrando o controle que estávamos aprendendo a ter sobre a natureza. Com ‘aquilo’ que dá para ver nas Histórias dos povos em geral, as CRENÇAS. *Atacou-nos* de novo nossa (até que compreensível) tendência à credulidade medrosa e, daí, a nosso velho hábito de INVENTAR SUPOSIÇÕES, a partir da Imaginação, em vez de contentarmo-nos com PRODUZIR CONHECIMENTOS, a partir da Razão.

E, todavia, uma ironia! Foram estas nossas últimas façanhas, a produção de CONHECIMENTOS, oriundos de observações e tratamentos racionais metodológicos, E, NÃO, AS CRENÇAS, que nos possibilitaram entender e enfrentar, inclusive pandemias...

Já as SUPOSIÇÕES oriundas de medos e imaginações, conquanto possam ser reconfortantes, são, todavia, inúteis, coincidindo ou não com “verdades” teológicas, como, por exemplo, com a crença de que nosso “Bom Deus” sente IMENSO AMOR POR NÓS, e que Ele e nossas almas existem e são imortais e que um dia estaremos com Ele no Céu, para sempre.

Só que, se a decisão inicial (irada) de Iahweh tinha sido expulsar-nos do Paraíso debaixo de vara... talvez Ele não voltasse atrás, arrependido... e, muito menos, **morrendo de amores por nós**. Afinal, tem uma tal SUPOSIÇÃO alguma chance de ser verdadeira? E tantas das outras, como ter Deus pré-programado as vidas de cada um de nós, para sermos, fatalisticamente, **quem e como** somos? Se sim, nossos progenitores não se ‘encontraram’ aleatoriamente por obra de meros acasos, como, entretanto, tudo indica...

Então, vamos pensar. Em qualquer das duas hipóteses (projeto fatalístico de Deus ou resultado de

acasos), na prática, já vimos que podemos interferir na natureza (o que é, porém, teoricamente incompatível com o fatalismo da primeira hipótese). Então, os nossos antepassados que ainda não logravam pensar filosoficamente, meio atônitos e impotentes, começaram a INVENTAR as religiões. E aprenderam a rezar (ou orar). A quem? A divindades, de preferência, cordiais. Daí foi só mais um passo para imaginar e propagandear que o deus principal sentiria por nós um IMENSO AMOR. E isso apaziguou os temores.

Enfim, quanto a existir alguém sobrenatural, poderoso, onipotente, HÁ FÊS. Muitas e variadas. Mas não há indícios objetivos de que tal ente (um deus) esteja presente vendo e comandando tudo. Então, se “Ele” não estiver sempre a postos... e, além disso, se, em vez de “leis” na natureza, prevalecesse o CAOS, estaríamos em maus lençóis para compreendê-la e, assim, poderemos lutar contra pandemias...

Mas, com o advento dos tempos filosóficos, concluiu-se que não há indícios (objetivos!) de que haja “vontades” ou “forças” sobrenaturais pessoais comandando cada fato ou fenômeno natural de per si. E, se assim for, confirmada estará a tese de que “(DEUS) CRIOU O MUNDO E O LARGOU AÍ À TOA...”

Mas, os humanos *adoram* refugiar-se em divindades. Temos entre nós, há milênios, o “Senhor Jesus”, por exemplo. Mas, apesar de Suas recomendações, nossas histórias prosseguiram nem sempre fraternais... Haverá outros recursos, que não as religiões, que levem a Humanidade a melhorar? Teremos condições de tirar proveitos dignos das “dádivas divinas” (ou dos nossos meros acasos vitais)? E de compartilharmos o que for bom com todos os demais passageiros do nosso comum barco da vida, ajudando a remover (casuais) obstáculos dos caminhos também dos nossos companheiros de jornada? Se sim, talvez o Mundo possa melhorar, com ou sem crenças religiosas. Porém, se as histórias de cada um de nós forem aleatórias, como parece, e, não, fatalísticas, poderemos apenas (e já será muito) tentar fazer bons refrescos com os limões (ou as doces uvas) que deuses (ou acasos) nos proporcionarem. Portanto, nem tudo está perdido... É um apanágio nosso compreendermos a natureza via racionais explicações, e cuidarmos dela...

Agradeçamos aos admiráveis líderes ocasionais pela luta antipandemia e repudiamos os ridículos irracionais negacionistas. As interferências dos primeiros são científico-tecnológicas e construtivas! Já as motivações dos segundos, desairosas, só psicólogos (ou psiquiatras) poderão explicar.

PASSEIO NOTURNO

André Osório^(*)

A gravilha pouco sabe da estrada,
do movimento de trás do vidro.
Firmo-a na distância da noite, no teu corpo nu,
para me aproximar dessa perda original
em que, como num qualquer fim-de-semana
atarefado, as carcaças ganham renovado vigor
pela planificação dos dias seguintes,
com os seus novos fatos de smoking.
Recuperam as horas pelo esquecimento,

a cinza da espera nos bolsos por abrir.
Os mesmos homens que criaram estas linhas
de ferro inventaram as mercadorias
e a moeda de troca,
o alcatrão sob o olhar atento dos faróis,
o reflexo como artefacto
do percurso, a viagem na geografia
dos mapas.
Se procurasse dizer-te que o teu corpo se move

na distância interior de um gesto,
decerto que, na certeza ponderada de um ato,
serrar-me-ias o trilho com os dentes.

^(*) Nasceu em Lisboa em 1998, com licenciatura em Estudos Portugueses na Universidade Nova de Lisboa. É autor de "Observação da gravidade" (Ed. Guerra e Paz, Lisboa, 2020). Vem publicando poesia em revistas literárias portuguesas e estrangeiras, é editor da revista "Lote".

DESMANCHE I, DE SALOMÃO SOUSA

Lina Tâmega Peixoto

Desmanche I, de Salomão Sousa, reúne poemas de estranhas evocações, de brumas de solidão e reavaliação de aspectos míticos, em uma linguagem de forte consciência poética. Busco palavras e seu invólucro poético para agradecer ao autor ter dedicado a mim esta obra, acompanhada de outrem, gesto que irá, certamente, sobreviver à efemeridade do tempo em suas inflexões e história.

O título estende-se ao primeiro poema que codifica a profusão das metáforas que constroem os esquemas verbais. Vejamos alguns versos: “O homem é um cão desengonçado” e “Um homem acomodado no corpo de um cão”. Parece-nos que os versos funcionam, em sentido antidestino, como uma representação de traços simbólicos e a oposição, homem e cão, se apresentasse como complemento, isto é, o de inteirar o que se mostra fragmentado. Seria como se a forma, acrescentada a outra compusesse um desenho da animalidade humana, no caso, o homem conjugado à animalidade do cão. Este sentido antitético dá-se pelo fato de que há um traço que existe no homem, o de ser um animal e, neste caso, o animal ser um homem aculturado. O nome “desmanche” seria o símbolo da supremacia histórica do humanismo em sua completude e, ao mesmo tempo, sua desumanização.

Outros versos são essenciais ao desenvolvimento do pensar poético. E lemos: “Nenhuma árvore na

proximidade / as sementes tiveram de ser pensadas / e igualmente a mariposa seca / para disfarçar o vexame do projeto da deusa / o desmanche de um homem num cão”. A “árvore” que, por sua verticalidade, funciona como símbolo da ascensão aos ares, mas está ausente, e por isso a tensão criadora, inerente à imagem, se fragiliza. Segundo Bachelard, ela “torna-se símbolo do microcosmo vertical que é o homem”. A “semente” como representação da latência, da renovação da vida existe apenas no sonho imaginário, mas conserva a sua função germinativa, e por fim, a “mariposa seca”. A mariposa é metáfora da imortalidade da alma, pois ainda inseto sepulta-se em lagarta para abrir-se em beleza, em renovação da forma. Ainda aqui o cenário se mostra infértil, pois perdeu a seiva.

As imagens impedem que a divindade realize em totalidade seu projeto e funcionam como tensão existencial, na trama de harmonizar a função de acomodar o homem a um cão. Este aspecto redundante de explicar os sentidos opositivos “homem” e “cão” resulta na tentativa de conciliar e harmonizar a figuração de um pelo domínio do outro. Isto evidencia, portanto, o embate de forças, a dos deuses, a divina, e a pendular realidade do homem e do animal, onde se processam um renascer e uma regressão, onde homem e cão identificam as qualidades distintas do mesmo sujeito. Pergunta-se se seria o homem deste poema uma alegoria dos contrastes da existência humana.

Penso que o poema traduz a ideia de que somos reflexivos e inteligíveis ao lado do medonho e do irracional, levando à oscilação do equilíbrio da natureza humana, no abrir uma fissura nos atos qualitativos do homem.

Destacamos a bela aliteração dos versos: “Se o parafuso da flor não resistiu / sob a soltura do sol / soltou-se sobre (...)”. O poeta se delicia com o jogo que cria com os opostos dos advérbios “sob” e “sobre”, assim como o emprego nominal de “soltura” em oposição à ação verbal de “soltou-se”. O poeta fabrica um fio sonoro que vai enlaçando o leitor em cílios e encantação.

O poema “Desmanche” serve como um norte, um ângulo, um horizonte para a leitura da obra, densa, instigante e comandada pela pluralidade das figurações simbólicas.

POEMAS DE LINA TÂMEGA PEIXOTO

NÃO É PEDRA A MEMÓRIA

Escrevo debruçada na mesa
como se alinhavasse
o espaço
aos atavios do ermo.
Preciso alvorecer o esquecimento
empilhado na estante como um livro
em que se vai lendo lenta
a flora da alma imaginária.

Enquanto vou tangendo de dádivas
as vozes
e ser o silêncio um horrível
escarcéu recomposto
a palavra cai na água do copo.
Já não é pedra a memória.

A BAILARINA

A bailarina, bordada de cisne,
baixa os braços e faz deles um arco
e ergue o mundo
como um lago preso ao seu reflexo.

Alonga nas asas com ombros
as sombras brancas do corpo
saturadas de ângulos
e acorrenta nas mãos os gestos
que apanha do chão.

A bailarina inclina as pálpebras ao estalar das flores
e faz-se ave de marfim.

TAÇAS

Raquel Naveira

O antigo móvel envidraçado da sala guarda ainda um conjunto de taças de cristal. São lindas essas copas! Algumas maiores, bojudas, outras compridas e altas. Transparentes, de areia e chumbo diluídos, soltam um som agudo ao estalar dos dedos. O desenho impresso nessa matéria delicada é o de uma flor de lótus, um lírio aquático de oito harmoniosas pétalas. Taças prontas para receber vinhos e espumantes.

Limpo cada uma delas com um pano de linho branco encharcado de álcool. Acaricio como se fosse derramar em cada recipiente algum elixir que provocasse revelações. Como se fossem cálices preparados para a comunhão na adoração e no amor.

Foi assim no dia de nosso casamento. Bebemos da mesma taça, do mesmo destino. Juramos fidelidade. Acreditamos em bênção, em união e sacrifício. Havia um plano de salvação para nós e era perfeito. Brindamos com champanhe e magia.

No futuro, que está por vir, anjos descerão à Terra com taças douradas, cada uma delas contendo a ira de Deus. A primeira despejará um líquido ácido, que fará com que se abram feridas naqueles que estiverem marcados pela culpa de seus assassinatos. A segunda transformará o mar em sangue, as criaturas marítimas mergulhadas em ondas de petróleo, os estômagos repletos de plástico. A terceira tingirá os rios e as fontes doces, onde o fogo já lambeu os biomas, destruiu

os pássaros nos ninhos e os ovos de tartarugas e jacarés. A quarta atingirá o sol, que desprenderá raios de fogo vermelhos e violetas, petrificando os seres viventes de medo e pavor, enquanto ardem espalhando cinzas. A quinta atingirá o centro diabólico do governo, as cadeiras onde se assentam os mandantes de um mundo escuro e agônico. A sexta secará as trilhas do Oriente, por onde marcharão reis, profetas e califas conduzidos a um vale, a um cenário de guerra nuclear e explosiva. Da sétima taça brotarão relâmpagos, trovões e um terremoto fracionará as cidades, as nações, as ilhas, as montanhas, em mil pedaços de granizo que cairão como chuva.

Numa superfície gelada, de vidro, anjos e homens cantarão agradecendo os atos de justiça. Esses homens, subitamente, terão corpos capazes de atravessar paredes; de viajar no espaço por sobre as bocas dos vulcões; de se alimentar de peixes prateados, ao redor de fogueiras acesas na memória.

Quem nesse momento continuará se rebelando, desprezando tão altos desígnios? Quem desejará a aflição no meio de uma natureza destruída, contaminada pelos nevoeiros de peste e infecção? Só mesmo as feras, os loucos, os de coração mais duro que as penhas.

Guardo uma a uma as taças na cristaleira. Uma estranha intuição me diz que os anjos se aproximam, num ruflar de asas. Sinto uma dor fina. Meu coração tine como uma taça no peito.

AOS PÉS DA ESCADA ESCURA

Marcelo Torres

Os ratos passam correndo, sem um pingo de medo, entre homens cansados, ao pé da escada escura. Esta, do primeiro ao último lance, é empestada de odores: suor, roupa suja, urina, cuspe, coisa podre. Os homens, entanto, não ligam para esses cheiros, assim como não se importam com os ratos, que sobem e descem aos pulos, às carreiras, como em corrida de obstáculos, para logo logo desaparecerem na escuridão.

E assim começa o livro. Uns personagens com nome, outros anônimos, cento e poucas páginas, um conjunto de pequenas narrativas, todas elas ambientadas dentro ou no entorno de um velho cortiço. Este possui quatro andares, paredes coloniais de azulejos, cento e dezesseis quartos e seiscentos e tantos moradores — entre estes há um moço de vinte anos recém-chegado do interior.

Já de início o narrador nos descreve o ambiente, como se falasse do personagem central. Nas suas palavras, é um mundo fétido, sem higiene e sem moral, com ratos, palavrões e todo tipo de gente. Um mundo povoado por operários, soldados, mendigos, lavadeiras, homossexuais, estivadores, mascates, ladrões, doentes, moças, prostitutas, costureiras, engraxates, enfim gentes de todas as cores, vindas dos mais variados lugares e com os mais distintos tipos de rostos e roupas.

Não, não se trata de *O Cortiço*, e o escritor não vem a ser Aluísio Azevedo — mas é notório o parentesco entre os dois livros, de temática naturalista, ambientados em uma moradia coletiva miserável. O romance em epígrafe, o terceiro do autor, não é lembrado como os outros, não figura entre os clássicos, é uma espécie de filho anônimo de um romancista famoso — talvez por ser uma das obras mais engajadas ideologicamente.

Nesse cortiço, os únicos inquilinos gratuitos são os ratos. Sebastiana, surda-muda, se alegra com as desgraças dos outros. Álvaro, mecânico, é líder operário que vai organizar uma greve. Dona Risoleta é costureira, madrinha de Linda. Linda é uma menina que passa os dias lendo. O mendigo Cabaça dorme no sótão, onde cria um rato gordo.

Tem também o homem que perdeu os braços em acidente de trabalho. Tem a viúva do pedreiro

que caiu do andaime porque o patrão pediu pressa na obra. Tem a tuberculosa que tosse sem parar e não tem dinheiro para o tratamento. E tem uma preta velha, velha e sábia, que vende seus acarajés e seu mugunzá bem na porta do sobrado — e uma história dela será contada no final.

Ouvimos sons de violão que vêm do quarto andar, onde há também uns árabes, que trocam língua em quartos sem luz elétrica. Ouvimos umas mulheres do terceiro andar a bater boca com mulheres do segundo, trocando as mais cabeludas palavras. Vimos que os homens saem de manhã. Que umas mulheres lavam roupas. Que outras costuram. Ouvimos a tuberculosa tossir lá no sótão. Quando chega a tarde, final da tarde, os homens voltam cansados. E a escada devora a todos, um a um.

O título do livro é *Suor*, palavra símbolo que resume, que sintetiza aquele mundo, aquele sobrado miserável da Ladeira do Pelourinho, 68, no Centro Histórico de Salvador. Porque é o suor a metáfora que espelha a vida de todos e de cada um dos moradores do cortiço. Existe suor pra subir ou descer a escada, existe suor no rosto e no íntimo, no trabalho e no desemprego, o suor está presente na repulsa e na exploração.

Sim, senhor, *Suor* é o terceiro romance de Jorge Amado, “caderno de um jovem aprendiz”, no seu dizer, porque dado a lume em 1934 — após *O País do Carnaval* (1931) e *Cacau* (1933) — quando contava ele apenas 22 anos de idade. Logo depois começaram a aparecer os títulos mais famosos — *Jubiabá* (1935), *Mar morto* (1936) e *Capitães da areia* (1937), para ficarmos nos três subsequentes.

No dizer do Velho Graça, seu amigo e camarada Graciliano Ramos, o livro é um “excelente romance” e o principal personagem vem a ser não o ambiente, o sobrado, mas o narrador invisível. “Em *Suor* há um personagem de carne e osso muito mais importante que os outros; é Jorge Amado, que morou na Ladeira do Pelourinho, 68, e lá conheceu Maria Cabussu e todos aqueles seres estragados que lhe forneceram material para um excelente romance”.

Entre os personagens sem nome, Amado dedicou maior lirismo para uma mulher preta, velha e sábia, que ocupava o pé da porta do sobrado com um tabuleiro de

acarajé e abará e duas latas de mingau e mugunzá. Era uma figura sóbria, de presença forte, que impunha todo respeito e reverência. Ela ficava ali até de madrugada, quando os últimos negros se recolhiam e a cidade caía no sono, com as janelas coloniais fechadas e os sinos das igrejas em silêncio. Sabia ela histórias tão antigas como aquelas igrejas dos arredores, histórias de ioiôs e iaiás, de escravos e mucamas.

Muitos moços, na boca ou no ventre da noite, ali paravam para um colóquio, uma prosa sem pressa, sobre as coisas do cortiço e do mundo. Sentavam à volta da saia branca de chitão que ela usava. Um desses moços vem a ser o negro Henrique, trabalhador braçal, ele que, entre os que receberam nome do narrador, é o que mais aparece nas narrativas. E foi numa dessas conversas, à meia-noite e pouca, que a quituteira preta velha, já recolhendo as latas e o tabuleiro, lançou uma pergunta a Henrique:

— Você sabe qual é a coisa mais melhor do mundo?

— Qual é, minha tia?

— Adivinhe.

— Mulher...

— Não.

— Cachaça.

— Não.

— Feijoada.

— Não sabe o que é?

— Não.

— É o cavalo.

— O cavalo?

— Sim, se não fosse o cavalo, o branco montava no negro.

No fim da tarde de uma sexta-feira, 19 de novembro de 1937, uma fogueira com 1.694 livros era acesa e escurecia os céus da capital baiana: 808 exemplares de Capitães da Areia, 223 de Mar Morto, 89 de Cacau, 93 de Suor, 267 de Jubiabá e 214 de O País do Carnaval viravam cinzas. O triste espetáculo, encenado pela polícia do Estado Novo, acontecia na frente de uma unidade militar, de onde se podia ver, lá em cima, braço estendido para a Baía de Todos os Santos, a estátua do poeta dos escravos, aquele que pregava: “Bendito o que semeia livros”.

DITIRAMBO

Antonio Carlos Esteves Torres

MESOPOTÂMIA

Astrid Cabral

Às vezes me refugio em confusos ditirambos
Estou em dívida
Por não escrever e ler como deveria
Por não caminhar e ver as coisas da vida vivida
No tão evidente poderia

Estou em dívida
Pelos males cardíacos curados
Pelos acidentes oncológicos não letais
Além do mais pelos medos covardes
Das fracas idas e vindas ao e de um onde oculto

Estou em dívida e dúvida de dias e tardes
Apesar dos pesares sofridos e passados após noites
e vultos

Pela incrível incapacidade de vencer e prosseguir o
ser vivido
Sem perdoar os males infligidos com ou sem motivos
insulsos

Inalcançáveis insistências obstinadas desobediências
Quando simples e conscientemente nem sei por quê
Por vãs tentativas de me conter ou não
Nas meras variedades da ingratidão

Por negar o sim sem qualquer razão ou fim
Por insistir na maldade do dizer não
A tudo e a todos em primeira mão a mim

Cresci na Mesopotâmia
(A de Nabucodonosor
não, a de que fala Agassis)
A casa entre duas pontes
o rio-mar lambendo o céu
os pés nos igarapés
os olhos nos olhos d'água
sapos arraias e botos
nadando-me o sono sonho
grávido de luas naufragas.
Meus alicerces raízes
ali na terra ébria d'água.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Anderson Braga Horta

A incultura, a aceitação passiva do que sai nos meios de comunicação, particularmente na internet, a dificuldade de raciocinar sobre os fatos, de os analisar para tentar compreendê-los, nada disso traz benefício a quem quer que seja, nada disso contribui para o entendimento do mundo.

É preciso, sim, combater o racismo, em todos os graus e modalidades, com todos os disfarces que o mascaram. Agora, proclamar racismo - estrutural ou não, na raiz de todo e qualquer crime cometido contra negros é uma forçação de barra prejudicial à causa que pretende defender. (Pretende mesmo? Mas o que pretende a distorção dos fatos, quando consciente? Fica a impressão de que se quer demonstrar ao mundo que o nosso racismo não perde para o estadunidense... Que emulação mais estapafúrdia!)

Paralela a esse comportamento há uma espécie de guerra ideológica a pensadores que, honesta e às vezes genialmente, pensaram e escreveram teses tendentes à compreensão de nosso país e de nosso povo. Comento o caso de Sérgio Buarque de Holanda. Sua visão do brasileiro “homem cordial” não foi apenas um devaneio lírico, mas uma observação correta, que devemos encarar, hoje, à luz de circunstâncias de tempo e lugar. Infelizmente, essa cordialidade — relativa que fosse — tem sido machucada em razão de uma desigualdade que vem se acentuando.

A imprensa (*lato sensu*) tem sua culpa em cartório, com o sensacionalismo, a exploração da violência, o emprego criminoso de influência subliminar, a incompetência (se não má fé) na disseminação de mal fundamentadas opiniões acerca da profilaxia desse problema social. Não nos esqueçamos de que, tanto ou mais que a cor da pele, e a confirmar que miséria pouca é bobagem, opera nessa questão a covardia da agressão sistemática ao pobre e ao desvalido.

Contraproducente (e desinteligente, ademais) tem sido a tentativa de, a todo custo, mudar a língua, ou o uso da língua, a pretexto da luta contra o preconceito. Alvitra-se riscar do dicionário palavras como *judiar* e outras, real ou imaginariamente originadas de preconceito étnico. Abolir palavras é... queimá-las.

Quanto a mim, cheira semelhantemente à queima de livros. Não resolve nada e desfalcaria o idioma, conforme o caso, de serviços tais quais registro, definição, histórico, expressividade, testemunho evolutivo, contraste de sincronia e diacronia, e por aí afora. Valesse tão singela providência, poderíamos, de uma penada, acabar com a fome, a doença, a miséria, a ignorância, o crime — e passaríamos a viver no melhor dos mundos possíveis. De resto, soem ser usados afetivamente até os piores e mais cabeludos palavrões, ao largo de qualquer denotação ou mesmo conotação ofensiva. Poupa-me de exemplificá-lo um sem-número de narrativas da mais variada categoria.

Judiar perdeu, de há muito, qualquer eiva ou lembrança da origem. Mas vejamos, destacadamente, alguns outros vocábulos e expressões indexados por combativas legiões.

Feito nas coxas — ensinam-me que vem da fabricação de telhas mediante moldagem do barro por compressão na parte superior dos membros inferiores. Prática de escravos. Antes de tal explicação, acreditava — só eu? — significasse gerado por relação consumada em cópula imperfeita, entre coxas (e por extensão...). Bem, doutrinam-me, depois de velho, que dizê-lo é manifestação de hostilidade étnica. Só que ninguém sabia disso.

De meia tigela referir-se-ia (bem sei, haverá quem me impugne esta mania de mesóclise...) ao castigo do negro escravo faltoso com o reduzir-lhe a ração à metade. Precisei chegar à pós-maturidade para me inteirar do prosaísmo sem mistério da locução e à crueldade de seu sentido. Em verdade, usa-se contra pessoa ou coisa, sem consideração a cor ou matiz.

A dar com o pau, aprendo também tardiamente, viria de um recurso usual nos navios negreiros para forçar negros recalcitrantes a se alimentarem enfiando-lhes a comida goela adentro (com uma colher de pau?). Quem sabia disso? Eu sempre soube que tem o sentido de abundância.

Mulato é um caso à parte. Remetendo a um nascedouro humilde, com a evidente intenção, por parte dos “senhores”, de negar (ou cortar ao meio) a humanidade dos mestiços, ganhou foros

de excelência, na parte feminina — avento que em âmbito universal —, a partir do reconhecimento amplo e irrestrito, provavelmente via carnavalesca, dos excepcionais atributos físico-sexuais desse produto da miscigenação em terras brasileiras. Hoje “a mulata é a tal”. E viva a mulata!

Samba do crioulo doido é expressão cunhada por Stanislaw Ponte Preta (*sic*) que, de título de saboroso texto, passou a substantivo comum com o significado de coisa ou situação confusa. Está sendo renegada. Ora, ligar samba a crioulo é natural e de justiça, pelo afro-brasileirismo da dança e da música. E *crioulo*, no sentido de preto ou mulato, não é por si um termo pejorativo, é preciso que haja a intenção. Tomara não nos venham a tolher expressões amorosas tipo *meu nego*, *minha nega*. Ou — pior — a criminalizá-las!

Podia continuar lançando à mesa cartas desse naipe, mas espero ter delas usado o suficiente para trunfar o meu ponto de vista. Só duas ou três coisitas mais, que não posso deixar de fora. Vocábulos ou locuções da linhagem de *esclarecer*, *tornar claro*, *claro que* não têm nada a ver com ideologias idiotas baseadas na cor da pele, em raça ou etnia. Têm a ver, isto sim, com a antítese cósmica luz/treva. Encará-las de outra forma é mero desconhecimento aliado a falta de imaginação. É preconceituoso!... Semelhantemente, a *ovelha negra* não é vítima de preconceito de cor; a discriminação, quando existe, é pela fuga aos padrões estabelecidos; fôra roxa, e seria a *ovelha roxa*, sem translação de sentido. Em *lista negra*, *livro negro* há tanto racismo quanto *operar no vermelho* seria implicância com os índios...

Decerto há boas intenções insuflando todos esses equívocos, mas a boa intenção, desassistida de conhecimento e/ou prudência, pode causar danos em vez de bem. Receio que exageros e inconseqüências agravem a questão, ao invés de minorá-la. Como? Por excesso de foco, por chamar atenção para o problema sem lhe formular solução — o que requer compreendê-lo. E a solução, neste caso, depende de nossa competência em priorizar — e dar-lhes efetividade — a educação, a leitura, a saúde, o pleno emprego, a redistribuição de renda.

E POR FALAR EM ANIVERSÁRIOS!

Roberto Nogueira Ferreira

Quero falar de outras coisas,
Quero falar de pais, mães, filhos, netos,
De amigos eternos.
Quero falar do que realmente importa
Aspirar e expirar
Sentir o ar entrando nos pulmões
E com ele o perfume que interessa
Tudo muito lento
Segundos intermináveis
Sem pressa
Pois o tempo não existe. Existe?

Comecei no presente, já é passado,
O passado passou, o futuro é agora,
E está passando.
A vida é só esse segundo, presente,
Sístole e diástole.
Começou na saída do ventre quente
Verdade da vida.
E se repetirá até quando Deus quiser
E enquanto repetir
Terá de ser belo.

ELEGIA

Alberto da Costa e Silva

Sofrer esta infância, esta morte, este início.
As cousas não param. Elas fluem, inquietas,
como velhos rios soluçantes. As flores
que apenas sonhamos em frutos se tornaram.
Sazonar, eis o destino. Porém não esquecer
a promessa de flores nas sementes dos frutos,
o rosto de teu pai na face do teu filho,
as ondas que voltam sobre as mesmas praias,
noivas desconhecidas a cada novo encontro.
As cousas fluem, não param. As folhas nascem,
As folhas tombam longe, em longínquos
jardins.
Em silêncio, vives a infância de teus olhos
e, morto, és tão puro que te tornas menino.

IAPOI, UMA BELEZURA!

sôniahelena

Continuação da página 1

Em um prefácio primoroso, Rosana Teles destaca a harmonia da linguagem utilizada, numa mescla entre o erudito e o popular, criando uma prosa poética na qual a miséria é personagem destacada. A combinação espaço-personagem-linguagem torna o livro atemporal, pois trata o passado, presente e futuro como iguais.

Segundo Rosana Teles, ao transmutar-se da vida cosmopolita para uma vivência pacata em uma pequena cidade praieira, onde pessoas simples a esculpem devagarinho, ao mesmo tempo em que ela os vai esculpindo também, Vevalença registra em *Iapoi* uma verdadeira metamorfose que reflete o próprio curso da vida.

O primeiro conto, “Modo Juvêncio”, é de uma ternura encantadora. A forma com que a autora fala de Juve vem carregada da sensibilidade dos puros de coração, de quem olha para o Outro (qualquer Outro) como irmão, de quem vê o mundo como um lugar de iguais (ou para iguais).

Juve, moço gasto pelo sol, pelo tempo, quengas, vida, aguardo do que não chega, descrença e desilusão, só não gastou a simpatia, a lealdade, a alegria, a disposição para o trabalho. Homem-menino, de dentes “quase alvos, quase alinhados” em um sorriso permanente, não lê e não escreve porque não gostava da escola. “Era uma surra por falta e uma falta por dia”. Aprendeu com a vida e carrega uma sabedoria popular e uma visão mesclada de ingenuidade e crítica, muito particular. Seus olhos calmos veem o mundo de uma forma singular, sem enxergar a “compacidade verde de mágoa..... Só sente mágoa quem espera esperança tem mágoa por dentro e por fora”.

“O vestido de Carmem” vem a seguir com um outro tom, mais reflexivo talvez. Mas guarda harmonia com o primeiro conto nas impressões sobre a humanidade, os prazeres e dissabores, os anseios e a desesperança, as desigualdades sociais, sobre a vida. “Mulher singela, profusamente analfabeta, mãe dos filhos de Juve”, Carmem, acostumada a esperar, a não ter o que ofertar, a beirar a fome, encanta-se com um vestido branco, presente da narradora-personagem, e o abraça e acaricia como um tesouro nunca imaginado, nem mesmo em sonhos, enquanto a narradora

se vê “castigadamente bem alimentada, escutando fomes cotidianas”.

“Mãos que rezam” fala das mulheres da região, retratadas em Carmem e D. Laura, retirante sofrida, desprovida, descuidada, despejada do quilombo onde vivia ao qual atearam fogo. Sua mãe juntou os filhos e pegou a estrada, dizendo com toda calma: “Bora gente, bora pro futuro, que o presente queimou”.

Mulheres de mãos secas, nodosas, rápidas, laboriosas, mãos que apresentam calos como suas únicas joias. Mãos analfabetas e libertas na tecelagem das mais variadas peças, perfeitas ou tortas, pequenas ou não, mas peças tecidas por essas mãos. Ouvindo tais estórias, Vevalença sente mágoa, revolta, indignação, ânsia por justiça e se pergunta: “Quando, meu Deus, aprenderemos que retirar o povo de sua terra é aumentar o número inescrupuloso dos moradores das pontes?”

“Tempo, querido, calma!” é uma aula de reflexões sobre a atemporalidade do tempo, sobre a compulsão do dia repleto de tarefas e a morosidade do ócio.

Vevalença e seus novos amigos gastam dois dias na preparação de um “teto de retalhos, sossego e encantos” para servir de refúgio e abrigo “porque basta de gente ao relento. Logo uma cobertura se estendia por indignação, por teimosia, por desaforo”.

Fala do tempo sem tempo, às vezes rápido demais, às vezes de enorme lentidão, tempo que nunca para. Passado, presente e futuro misturam-se num mesmo tempo no qual ontem, hoje e amanhã igualam-se e se fundem. No meio de todas essas reflexões, Vevalença destaca a justiça do tempo e se vê dele amiga.

“Ode à maturidade” é quase uma confissão, uma catarse, um completo revelar-se. Declarando-se “andariha do mundo”, Vevalença fala da sua angústia na cidade ruidosamente cosmopolita e da sua busca frenética por “um canto miúdo, perdido”. Um lugar onde se aprende a ouvir o Outro, seja ele gente, bicho ou a mãe-natureza. “Ouvir o outro é um modo fundo de vida”. E ela foi encontrar esse pequenino pedaço de chão em uma praia tranquila, quase

deserta, nas Alagoas, onde vivem as pessoas com quem ela conversa em *Iapoi*.

Vevalença segue por mais nove contos conversando com Juve, Carmem, Poliana, Luzia, Seu Pepe, Gildomar, Tonho, Dedé, aprendendo as coisas do lugar, ensinando as coisas que sabe, com sutileza para não exibir sapiência nem magoar a simplicidade. Conta dos amores a ela revelados, das contratações inadequadas e, ainda assim, bem sucedidas, das artimanhas da vida que fazem com que alguém tropece na sorte ou trombe com o desconsolo, e expressa de forma bem delicada, mas com toda firmeza, a sua indignação pelas desigualdades da vida, pela aviltante espoliação, pela “submissão sustentada pelo atraso, pela escassez, pelo ácido do medo”.

Vai registrando, também, que aliada a esse conformismo secular existe uma igualdade irmanada no mesmo propósito, uma sabedoria resiliente e tihosa, uma forma quase estoica de enfrentar o próprio destino.

Descobre nas suas conversas que há o “moreno pintado de escurinho” que é “quando o moreno tem mais preto que marrom, sabe?”, aprende que “a vida é um detalhe a atrapalhar os planos” e que “é prudente saber quanto se pode ser”, que “esse povo que lê muito fica vazio, né, dona menina? vazio que nem vaso de fror. Escorre tudinho pelo buraco. É botando e escorrendo. Num fica nada. Ler demai, viu, chega a ser perigoso”.

As conversas entre Vevalença e seus parceiros de trabalho perpassam os mais variados assuntos, pois todos são permitidos “porque quem sabe conversar não precisa de censura interna, de fora ou prévia. É o respeito quem conversa”.

Tive o privilégio de acompanhar a gestação de *Iapoi*. Vi nascer cada um dos contos que o compõem. Pode lê-los, ainda no original, com grande encantamento. A cada um que me era revelado, ficava a espera ansiosa e a enorme vontade de receber mais, de conhecer os outros. É uma imensa alegria ver *Iapoi* pronto e revelado a quem queira conhecer uma obra verdadeiramente inédita no seu estilo e linguagem.

Iapoi só está disponível na forma eletrônica e pode ser lido no Kindle.

AINDA SARAMAGO E O ESTILO

M. Paulo Nunes

Continuação da página 1

“O que em todos, porém, assinala e singulariza o estilo é a paixão e o sentimento. É razão que se diga, tortura a arte de pensar e escrever; porque ela ondula que não corre e tem inflexões súbitas que não linhas certas e frias...”

“Não reside o estilo na beleza ou na graça, mas na força e ainda na grosseria e rudeza da força. Suave ou rústica, polida ou tosca, pouco importa.” (Ob. cit., p. 16)

Tomemos, mais uma vez, o caso de José Saramago, que está hoje em dia muito na moda depois do Nobel e, nestas notas, bem antes disso.

Relembra ele, em uma das notas de seu Diário, *Cadernos de Lanzarote* (Edição da Companhia das Letras dos três primeiros volumes – 1994) um episódio exemplar, passado na velha escola de Afonso Domingues, nas oficinas de serralheria mecânica, iluminada com altos janelões que davam para a Rua da Madre Deus, onde aprendeu, como menino pobre que era, o seu rude ofício. Dizia ele que naquele instante era capaz de rever com a memória os tornos de bancada a que trabalhou, as fresas, os tornos mecânicos,

ou de ouvir “o rugir do fogo na forja, os golpes de malho com que tínhamos de modelar um grosso cilindro de ferro incandescente até fazer dele uma esfera mais ou menos perfeita, conforme a habilidade e a força de cada um”.

Conta ali um episódio ocorrido com um de seus mestres, o Mestre Vicentino.

O primeiro trabalho que lhes davam era para limar um pedaço de vergalhão, de cerca de um palmo de comprimento, mantendo-lhe o mais rigorosamente possível a secção quadrada, o que não era fácil. A ele o trabalho não saía de todo mal. O pior, diz-nos, é que havia em um dos topos um pequeno defeito, pois uma limalha grossa havia cavado no ferro, por sua conta, um sulco fundo que resistia a todos os esforços. Da aprovação do trabalho dependia a passagem à fase mais complexa da aprendizagem.

“Resolvi, conta ele, *disfarçar a mazela assentando-lhe em cima um dedo engordurado de massa consistente e fui mostrar o ferro ao mestre Vicentino. Ele*

olhou, abanou a cabeça e apontou o topo defeituoso. Voltei para a bancada, limei um pouco, passei outra vez o dedo pelo maldito sulco e tornei ao exame. O mestre repetiu a mímica, acrescentando-lhe uma palavra, Isto. Então compreendi. Mestre Vicentino estava disposto a aceitar que eu não pudesse atingir a perfeição, mas não que lhe apresentasse uma peça suja. Regressei ao meu lugar, limpei e poli o ferro com todo o cuidado, e levei-lho. Agora está bem, disse ele.” (Ob. cit., p. 470)

Esta luta do artífice para polir a peça da maneira mais perfeita possível é, na arte literária, o esforço pelo estilo que aquele jovem aprendiz iria tentar nos transmitir, em sua carreira literária, para nos dar, durante toda a sua vida, obras imperecíveis como o *Memorial do Convento*, *O Ano da morte de Ricardo Reis*, *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, *O Ensaio sobre a Cegueira* e, *last but not least*, estes *Cadernos de Lanzarote*, em que a sua vida literária, para alegria dos devotos de sua leitura, é plenamente reconstituída.

O ABC DE PADRE ANTÔNIO VIEIRA

Gilmar Duarte Rocha

A obra completa de Antônio Vieira, religioso católico, jesuíta, nascido em Portugal (Santarém – 1608) e falecido no Brasil (Salvador – 1697) abarca mais de 30 volumes, compreendendo sermões, epístolas diplomáticas, tratados proféticos, entre outros escritos, tornando-se, reconhecidamente, um dos maiores escritores da língua portuguesa e, por corolário, o primeiro grande escritor brasileiro, visto que o clérigo adotou o Brasil como pátria, tendo passado a maior parte de sua vida em terras tupiniquins, onde usou todo o seu talento, verve e disposição para empreender obras de catequização na Bahia, no Maranhão e no Grão-Pará, além de advogar em pró da dignidade de vida dos cristãos novos, iniciativa que lhe custou caro, visto que toma partido na questão de disputa de terras brasileiras entre os holandeses e portugueses.

Após cair em desgraça em razão de ter se envolvido nessa desavença internacional, retorna a Portugal, àquela altura reino já emancipado da Espanha, e começa a escrever vigorosamente, publicando em 1642 os “Sermões dos Bons Anos”, obra em que critica com veemência o período de dominação hispânica sobre o império luso, ganhando notoriedade na corte de Lisboa e a simpatia do Rei Dom João IV.

A partir dessa data, o padre escritor, além de empreender missões diplomáticas em favor de Portugal, desanda a escrever e publicar com prodigalidade. Volta ao Brasil pouco tempo depois e dá sequência ao seu maravilhoso trabalho jesuítico.

Eis um prosaico resumo da vida de Antônio Vieira.

A obra, para quem deseja se arvorar num legado de sabedoria e de palavras que nos parecem hodiernas e proféticas, recomendo, antes, a leitura do livro “Traços

Marcantes da Vida e da Obra de Pe. Antônio Vieira” (Thesaurus, 2008), de autoria do acadêmico e doutor em teologia padre José Carlos Brandi Aleixo, um breviário bem escrito por um expert nas ciências da fé e da luz, que expõe com maestria alguns dos principais tópicos dos sermões do nobre escritor barroco.

Brandi Aleixo, com organização e didatismo, coloca em destaque trechos com comentários de alguns sermões de Vieira, como “Sermão das sexagésimas”, “Sermão aos peixes”, “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal”, “Sermão do bom ladrão”, “Sermão do Espírito Santo”, “Sermão da epifania”; e outros textos que parecem terem sido escritos ontem.

No esquema literário exposição, glosa e glosa complementar, que parecem típicos da obra do padre luso-brasileiro, são abordados no livro “Traços marcantes...”, sempre com muita lucidez, temas como “A defesa do Brasil”, “Denúncia da corrupção”, “Judeus e Cristãos-Novos”, “Índios”, “Defesa dos Índios”, “Escravos”, “Evangelização” e muitos outros.

Particularmente, me chamou a atenção um trecho que Padre Aleixo destacou sobre a questão corrupção e que me parece extremamente oportuno e que de certa forma nos deixa desconsolados se compararmos o texto com a vida atual. Eis uma parte do trecho:

“LEITOR A

‘Chamam-se sátrapas, porque costumam roubar assaz. E este assaz é o que especificou melhor São Francisco Xavier, dizendo que conjugam o verbo furtar por todos os modos. O que posso acrescentar, pela experiência que tenho, é, que não só do Cabo da Boa Esperança para lá, como também das partes d’aquém, se usa a mesma conjugação...’

“LEITOR B

‘Furtam pelo modo imperativo, pois como têm o mero e misto império, todos eles aplicam despoticamente às execuções de rapina. Furtam pelo modo mandativo, porque aceitam quanto lhes mandam; e para que mandem todos, os que não mandam não são aceitos...’

Nesse tema tão caro e que o ser humano parece carregar no seu código genético, há ainda uma glosa complementar do leitor A. Vejamos o início:

“LEITOR A

‘Furtam pelo modo potencial, porque sem pretexto, cerimônia usam de potência. Furtam pelo modo permissivo, porque permitem que outros furtem, e estes compram as permissões. Furtam pelo modo infinitivo, porque não tem fim o furtar com o fim do governo, e sempre lá deixam raízes, em que se vão continuando os furtos...’

Não restam dúvidas sobre a contemporaneidade do pensamento do escritor Antônio Vieira e os seus sermões e outros escritos; sobre o interesse de um autor de formação religiosa em assuntos laicos, sobretudo humanos; sobre a resistência ao tempo e aos governantes de época, desviando caminhos, pegando atalhos, tal qual Sêneca no conturbado e perigoso período da fase inicial do império romano, sem, contudo, afastar-se dos seus valores, do seu conceito de vida e da difusão de suas opiniões.

O livro chave do mestre Brandi Aleixo, elaborado para homenagear os 400 anos de nascimento do gênio brasileiro (de berço português), é curto, inspirado e certo. O que era para ser uma consagração pura e simples, tornou-se peça literária obrigatória para os leitores neófitos em letras do período barroco e interessados em imergir na vasta obra literária do Padre Antônio Vieira.

POEMAS DE ANA MARIA LOPES

EQUAÇÃO

Se as palavras
são exatas, caro Antônio,
é o tempo
ou o próprio mundo
que vagueiam incertos

Palavra é coisa séria
mesmo memória ou miséria
tem cores e sons corretos.

SINAIS

A vida fora de mim
não é a mesma
comigo dentro
Nela os dias seguem
cada vez mais
antigos
a voz menor
tempo na espreita
razão na ponta dos dedos

A angústia cessa
quando a pele
decreta a noite

O PÉ-DE-VENTO

Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho

★1940 - †2020

Uma pitada de delicadeza,
de cortesia no seu vem e vai,
uma palavra em brinde de nobreza
que lembra a mãe, que configura o pai.

Nas mesas de conversas, com destreza,
espelha a luz, as cores dos cristais
em refrações, nas ondas de surpresas
que a prosa animam sempre, mais e mais.

É assim o Fabio de Sousa Coutinho,
de fala fácil com toque de vinho,
pequeno e vasto como o olho e o olhar.

Um remoinho, no entanto, um pé-de-vento,
quando dispõe do sonho e do talento
para viver... escrever e advogar.

Continuação da página 1

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS: CENTO E ONZE ANOS

Rogério Faria Tavares (*)

Outra plataforma virtual que ganhou força foi a “AML Cursos”, por meio da qual oferecemos formações de alto padrão. Entre 13 de agosto e 26 de novembro, o acadêmico Jacyntho Lins Brandão ministrou a série de aulas sobre “Mitologia Comparada: as origens do mundo e da humanidade nos mitos gregos e médio-orientais”, atraindo numerosa audiência. De 5 de outubro a 24 de novembro, o professor Ivan Capdeville conduziu “Retórica e Literatura: aprimorando sua escrita a partir dos clássicos”, igualmente seduzindo público expressivo. Entre 20 de outubro e 21 de novembro, realizamos três oficinas gratuitas, também a distância: “Ensinando Poesia com Tipografia”, com Ana Paula Dacota; “Utopias e Distopias”, com Sabrina Gomes, e “Como criar um podcast utilizando softwares gratuitos”, com Thomaz Maioline, com impressionante repercussão e mais de trezentos alunos.

No campo das publicações, em parceria com a Autêntica Editora, a Academia lançou “20 contos sobre a Pandemia de 2020”, livro em que reuniu duas dezenas de ficcionistas de primeira linha, todos escrevendo, ‘a quente’, sobre a peste que se abateu sobre o planeta

nesse ano tão estranho. Democrático, o grupo de escritores convidados incluiu desde os veteranos Frei Betto, Ivan Angelo, Luís Giffoni e Olavo Romano, até talentosos representantes das novas gerações, como Carlos de Brito e Melo, Cris Guerra, Jacques Fux e Paula Pimenta. Bem recebido pelos leitores e pela crítica especializada, o volume é uma contribuição da AML para o entendimento do presente e, ainda, para a reflexão dos pesquisadores que, no futuro, se interessarem em saber como os contistas de nosso tempo fabularam sobre tema tão complexo.

A revista da agremiação, criada em 1922, quando o presidente da Casa de Alphonsus de Guimaraens era o poeta parnasiano Mário de Lima, irmão de nosso presidente de honra, Augusto de Lima, ganhou o seu número setenta e nove, com versão digital integralmente disponível em nosso site. Com capa assinada pelo acadêmico Carlos Bracher, o texto de sua ‘orelha’ é de autoria de Letícia Malard, professora emérita da UFMG, e a apresentação é do operoso e competente Deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, cujo apoio foi fundamental para o sucesso do empreendimento.

Composto por sessenta textos, o periódico traz ensaios de renomados especialistas sobre a trajetória de personalidades como Alphonsus de Guimaraens Filho, Antenor Pimenta, Benito Barreto, Fábio Lucas, Francisco Lins, Heli Menegale, João Etienne Filho, Orlando Vaz, Rui Mourão, entre outros, além dos discursos de recepção e posse de acadêmicos como Caio Boschi e Wander Melo Miranda. A versão impressa da revista ficou lindíssima e será lançada quando o vírus permitir.

Mesmo ciente de que o primeiro semestre de 2021 ainda será bastante difícil, a Academia já prepara uma coleção de iniciativas em benefício da Cultura e da Educação, como manda o seu Estatuto. Grata a seus patrocinadores, parceiros e colaboradores, ela renova, aos cento e onze anos, a fé nas Letras e nas Artes como eficientes portais para um mundo melhor, mais bonito. E mais civilizado...

(*) *Jornalista. Doutor em Literatura.
Presidente da Academia Mineira de Letras.*

UM VARÃO DE MINAS: 150 ANOS DE LEVINDO COELHO

Manoel Hygino dos Santos*

ela força da História e da Geografia, o mineiro desenvolveu um comportamento singular no Brasil, caracterizado pelo equilíbrio. “Se é radical não é mineiro, se é mineiro não é radical”, ensinava Tancredo Neves. Devoto e sacerdote do meio-termo, o mineiro foge dos extremismos com rapidez e sofreguidão iguais às que o conduzem ao centro. No seu esplêndido ensaio “Voz de Minas”, Alceu Amoroso Lima ressalta que, entre os mineiros, prevalecem três primados: o da concentração sobre a irradiação, o da lentidão sobre a velocidade, o da qualidade sobre o número.

O preâmbulo se presta a que busque no passado um dos exemplos mais vigorosos do político mineiro, tal como construído no Brasil desde os períodos mais desafiadores para nossa gente no território em colonização.

Vou evocar Levindo Eduardo Coelho, um protótipo do político mineiro, coerente em atitudes, cumpridor dos compromissos assumidos, sem ardis e com a simplicidade e a seriedade típicas do homem da velha Província e do Estado, alçado a elevadas posições.

Nasceu no dia 13 de outubro de 1871, em Catas Altas da Noruega, pequeno arraial de nome pomposo, entre Itaverava e Piranga, no Alto Rio Doce. Filho de Antônio Coelho e Maria Antônia Coelho, viveu infância humilde, chamado a vender quitandas pelas ruas para ajudar nas despesas domésticas, como, aliás, aconteceu também com Juscelino, no velho Tejuco.

Foi morar aos 2 anos de idade, com uma tia e o esposo, residentes em uma fazenda em Serra do Onça. Serrador, o tio preparava tábuas para construção da nova sede da propriedade. Em 1877, indo o casal para outra pequena localidade, na saída para a Serra e perto do Distrito de Rodeiro, passou a criança a frequentar escola primária, carregando balaços ou tabuleiros para vender produtos da culinária familiar. Não durou muito. Como a casa estava hipotecada, os tios se transferiram para Piedade da Boa Esperança, distrito de Piranga, naquela época, hoje cidade de Rio Espera, residindo em casa de fazendeiro que só ia à cidade para as festas religiosas. Matriculou-se em uma das duas escolas públicas, em que faltava tudo: de material escolar a livros, a caneta e até tinta e folhas de papel.

Recebeu ali orientação de um sacerdote, Padre Agostinho Rezende da Assunção, que abnegadamente o recebeu. Com 12 anos, em 1883, tomou a estrada com tropeiros para Ouro Preto, para morar com um funcionário público, que lhe entregava quinquilharias para vender pelas ruas, assim como café para guardas e presos da cadeia local, embora prestasse também serviços domésticos. Simultaneamente comparecia à escola de primeiras letras, anexa à Normal. Logo, reconheceu que aquele não era o seu destino. Graças à interferência da mãe, foi acolhido na residência do professor Egídio Soares, fundador do Colégio Ouro-Preitano, sem abandonar os serviços costumeiros. Enfrentou novo período de imensas dificuldades, dormindo em uma esteira forrada com um

pano azul, estendido sobre a mesa da sala de visitas ou de jantar. Não desanimou, indo às aulas do mestre, prestou exame de Português perante banca oficial, matriculando-se em seguida no Liceu Mineiro da antiga capital, onde começou no Latim.

Tornou-se amigo de dois dos filhos de Camilo Soares de Moura, chefe político de Ubá, que se preparavam para a Faculdade de Direito de São Paulo. Mudou de endereço em Ouro Preto, ingressando no Colégio Ouro-Preitano, onde tinha um quarto “debaixo do sobrado, cercado com tábuas de caixote”. Aprovado em Francês, enquanto porteiro e servente do educandário, cuidava do aluguel de um pasto para animais. Já estudava Inglês com Pedro Boejstorf, ex-secretário do Dr. Lund, em Lagoa Santa. Deixou o colégio e, sem meios para manter-se, retornou a Catas Altas. Não demorou, voltando à capital, onde o Colégio Mineiro, sob nova direção, recebia estudantes de todo o país, admitido como aluno pobre e dispensado do pagamento. Fazendo pequenos serviços, nos anos seguintes, pôde submeter-se a exames de Inglês, Latim, Aritmética, Geometria e Álgebra. Sem emprego em determinado período e sem ter onde morar, encontrou refúgio em uma pensão. Viviam com um casal conhecido e dava aulas particulares de Inglês. Surge, então, bela oportunidade, quando o querido professor Aurélio Pires o efetivou para substituí-lo. Com 21 anos, gozava de respeito e bom nome.

Foram seus alunos, entre muitos: Afonso Pena Junior, Artur Bernardes, Casimiro de Souza, Clodomiro de Oliveira, Lourenço Baeta Neves, Carlos Chagas, Raul Soares de Moura, Arduino Bolivar, Afonso Starling, Augusto Neves, José Vieira Marques, Eduardo Médici, de Bagé, e tantos outros de futura projeção no Estado e no país.

Candidatando-se a uma vaga nos Correios, consegue o primeiro lugar, mas o exame é anulado. Numa segunda vez, alcançando igual colocação, toma posse. Chama a mãe e as irmãs para morar com ele, a despeito da baixa remuneração que recebia. Nesse ínterim, candidata-se à Escola de Farmácia, é aprovado e se matricula. Por concurso, recebe o título de bacharel, após defesa de tese em Ciências Naturais e Farmacêuticas.

A vida continuava. Transferiu-se para casa mais confortável. As irmãs, aprovadas em Escola Normal, mudam da cidade. A mãe passa a fornecer pensão para estudantes. Começa a ministrar aulas na Escola de Farmácia, minoram as dificuldades, inscreve-se na Sociedade de São Vicente, participa da vida dos médicos-cirurgiões, e resolve estudar Medicina. Diante da febre amarela no Rio de Janeiro, teve de matricular-se na Escola de Medicina na Bahia, juntando pequenas economias para sobreviver. Humilde, trabalhava com muita disposição e fé, formando amizades, somando experiência.

Afirmou: Em maio de 1914, atendendo a um convite do presidente de Minas, Bueno Brandão, decidiu entrar na política, assumindo a direção regional. Explicou-se: “Ingressei na via dolorosa da política, com prejuízo de meus interesses particulares, mas a bem da coletividade e da terra em que vivi a minha infância, que é berço de minha esposa e de meus filhos e que, por isso mesmo, sempre desejei ver engrandecida e próspera. E foi assim que ingressei no campo da política, atendendo ao apelo insistente do amigo,

do qual não tive meios de fugir, rebatidos os argumentos de escusas que apresentei. Era o desígnio de Deus. Tomei a cruz e carreguei-a”.

Chefe de família exemplar, católico praticante, em Ubá, tinha consigo a chave da igreja matriz, em que assistia diariamente à missa, às 6 horas, com a esposa. Professor universitário na Escola de Farmácia de Outro Preto e de Odontologia de Ubá, além de Inglês nos colégios Mineiro de Ouro Preto, e São José, de Ubá. Senador estadual, deputado estadual e federal. Em 1933, primeiro secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, após participar decisivamente de grandes movimentos políticos nacionais, como a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910. Liderou a política de sua cidade natal por 17 anos. Agente executivo durante cinco vezes e prefeito, aderiu à Aliança Liberal, em 1930, sempre caracterizada a conduta pelo equilíbrio e ponderação. Depois, negou-se a participar da Legião de Outubro, facção política de inclinação fascista, idealizada por Francisco Campos. Compartilhou da vida da cidade e da região, com jornais para expor suas ideias e convicções.

Farmacêutico e médico, vivia para a clientela, modesta ou pobre. Sem dia e hora para bem servir, tornou-se admirado e querido pela população. Durante o surto da febre Espanhola, no final da década de 1910, não descansou. No primeiro dia de trabalho, percorrendo a cidade, encontrou 154 doentes, no segundo 300. Participou da instalação de uma dispensa, para distribuir gêneros alimentícios aos necessitados, enquanto o quinino era fornecido pela farmácia de um cunhado. Foram dois meses de sacrifícios e vítimas.

Líder autêntico, sempre confiável, sereno, recatado, discreto. Levindo Coelho faleceu em 6 de junho de 1961. Construiu sua vida com tranquilidade e discernimento, seguido pelos filhos, entre os quais Ozanam Coelho,

governador de Minas Gerais, e seu neto, Saulo Levindo Coelho, presentemente provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

Respeitado por seu povo e todos os que o conheceram, servia aos que careciam de sua ajuda nos cargos públicos exercidos, obediente aos princípios cristãos. Casado com Antonina Gonçalves Coelho, teve 14 filhos, um dos quais não suportou o tétano e pelo qual pranteou toda a vida.

O Senador Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1967, homenageou a memória do Senador falecido, da tribuna da Casa Alta do Congresso, a propósito das solenidades do dia anterior, quando se inaugurou a herma de Levindo Coelho na cidade em que construiu sua vida. Disse Capanema:

“Observo que Levindo Coelho, tendo vivido numa época em que as chamadas razões de Estado tamanha influência vieram a ter sobre a conduta dos políticos, passou por todas as vicissitudes da carreira, distanciado, em tudo e por tudo, da política marcada por tal ou qual teor maquiavélico. A sua filosofia era uma árvore plantada no terreno da fé irredutível. A lição que decorre da vida desse mestre em política é que, sobre as razões de Estado, prevalece a lei de Deus. O primado pertence às razões morais. Creio, assim, dar de Levindo Coelho a verdadeira imagem, dizendo simplesmente que ele, pela elevação dos propósitos, pela intransigência dos princípios e pelo equilíbrio e retidão dos processos, foi, em todo o rigor da palavra, um varão de Plutarco. Levindo Coelho faleceu em 6 de junho de 1961”.

Em 2021, somam-se 150 anos do passamento do ilustre mineiro. Ele poderia dizer o que São Paulo declarara em Carta a Timóteo: “Combati o bom combate, terminei a minha tarefa, guardei a fé”.

**Jornalista, escritor, da Academia Mineira de Letras*



Senador Levindo Coelho, em 1923
(Acervo Fazenda das Palmeiras)



Senador Levindo Coelho e seu filho Ozanam Coelho,
no Parque Municipal, em Belo Horizonte, em 1934
(Acervo Fazenda das Palmeiras)

ALB — COMUNICADO



A Academia de Letras do Brasil – ALB, em reunião virtual de sua Diretoria, realizada a partir das 20 horas do dia 22 de dezembro de 2020, proclamou, para fins de sucessão, a vacância da Cadeira número IV, patroneada por Aluísio Azevedo e ocupada pelo saudoso Acadêmico Fundador Aluísio P. Valle. A partir desta data, declaram-se abertas, por 15 (quinze) dias corridos, as inscrições para o respectivo preenchimento.

Brasília, em 3 de fevereiro de 2021.

Flávio R. Kothe
Presidente

DESENCONTRO

Delfino Domingos Spezia

Por um decreto estranho do destino
– por sorte ou por desatino –,
caminho sempre no sentido oposto
àquele por que tu vens.
E verifico, para meu desgosto,
que para distanciar-nos sempre mais,
é paralelo àquele por que venho
o caminho por que vais.

O CINEASTA VLADIMIR, DE SÃO SARUÊ A BRASÍLIA

Edmilson Caminha

São muitos os grandes nomes que a cultura brasileira deve à Paraíba: o pintor Pedro Américo, o poeta Augusto dos Anjos, os escritores José Américo de Almeida, José Lins do Rego e Ariano Suassuna, o teatrólogo Paulo Pontes, os músicos Jackson do Pandeiro, Sivuca, Geraldo Vandré... Ponha-se, entre esses paraibanos ilustres, o cineasta Vladimir Carvalho, referência do documentário no Brasil, autor de artigos, memórias e análises que se reúnem no livro *Jornal de cinema* (São Paulo: É Tudo Verdade, 2015). Com a modéstia de quem não precisa autopromover-se para alcançar o reconhecimento da crítica e a admiração do público, Vladimir exalta os colegas, louva os amigos e se compraz em enaltecer-lhes o talento, mas tal é a importância de que se reveste, como ser humano e como profissional, que ao fim ninguém parece maior do que ele próprio, pela grandeza que lhe enobrece a vida e pela excelência que lhe consagra a obra.

Textos claros, objetivos, corretos, como nota Amir Labaki, na apresentação: “A elegância do estilo de Vladimir espelha sua sólida formação literária. A precisão e o dinamismo remetem às experiências pontuais no ofício de jornalista, de colaborador eventual a repórter em tempo integral, como ganha-pão no período mais duro da ditadura militar”. Leia-se, por exemplo, o que diz de José Américo de Almeida, o lendário político paraibano que se dispõe a recebê-lo:

Homem feito, eu achava a figura inatingível, posto a salvo da abordagem do restante dos mortais, na redoma sagrada em que o mantinha uma confraria de admiradores. Até que um dia, no exercício do jornalismo, fui colocado vis-à-vis com o mito, realizando uma entrevista com “o velho”, como o chamavam na Paraíba. Ele já estava na fase do recolhimento da praia de Tambaú fazia cerca de dez anos, em meados da década de 60. Reserva moral da Nação, como diziam, mas sem mandato, fazia pensar num navio velho encalhado no mar sereno do Cabo Branco.

Com saber de historiador, Vladimir compõe um abrangente painel do filme documentário brasileiro, a partir do célebre *Aruanda* (1959), de Linduarte Noronha, que teve Carvalho como assistente. Sua “luz nordestina, que explode como se fosse sempre meio-dia, sol a pino, com o mundo pegando fogo, agredindo retinas e ambientes”, torna-o, “até o lançamento de *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, a mais resoluta e contundente proposta de cinema brasileiro”. É o marco fundador da geração paraibana em que o crítico Paulo Emílio Sales Gomes percebeu uma “inelutável teimosia”, tamanhas as carências e dificuldades que se antepunham àqueles jovens com o sonho de fazer cinema.

Iniciava-se a década de 1960, quando na provinciana João Pessoa, e em muitas outras cidades brasileiras, multiplicavam-se os cineclubes (como o de Fortaleza, dirigido por Eusélio Oliveira) e as sessões dos “cinemas de arte” no circuito comercial. Nas do Cine Diogo, em Fortaleza, às 11h da manhã de sábado, experimentei a emoção de assistir, pela primeira vez, a *Teorema*, de Pasolini, *Persona*, de Bergman e *Sempre aos domingos*, de Serge Bourguignon. Tempo em que se desencadearam paixões de uma vida inteira, como a do paraibano de Picuí que não por acaso se chama “Ivan Cineminha”, dono de

dezenas de cadernos em que, desde a juventude, anota minuciosamente a ficha técnica dos milhares de filmes a que assistiu. Conhecimento profundo que o fez desmentir, no “Programa do Jô”, ninguém menos do que Anthony Quinn, que dissera nunca haver trabalhado atrás das câmeras, como diretor. “Trabalhou, sim. É que o filme não é bom, e ele prefere esquecer...”

Antes, milhões de espectadores divertiam-se com as comédias da Atlântida, recheadas de músicas e de histórias de amor, protagonizadas por Oscarito, Grande Otelo, Cyll Farney, Eliana, José Lewgoy, Dercy Gonçalves e Zé Trindade. Tão rendosas para Luiz Severiano Ribeiro, dono da produtora e de centenas de salas de cinema pelo Brasil, que incomodaram Hollywood, lembra Vladimir:

Foi tal o êxito da chanchada, mesmo desprezada como gênero chulo pela intelectualidade, que, segundo se diz, motivou a vinda para o Brasil daquele que seria uma espécie de xerife do cinema americano, o louro e bigodudo Harry Stone. Ele trataria de dissuadir Severiano de continuar produzindo a chanchada, que claramente tomava espaço dos filmes de Tio Sam no mercado exibidor. Como a rede de cinemas de Severiano também dependia de contratos com as distribuidoras americanas para exibição dos filmes de Hollywood, terminou por capitular. O advento da TV no Brasil e seu consequente impacto sobre o público fizeram o resto, e a chanchada foi aos poucos sendo arquivada.

Depois veio o Cinema Novo, com Glauber Rocha, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Arnaldo Jabor, Cacá Diegues, que Vladimir Carvalho comenta com lucidez e honestidade crítica, em prefácio para o livro de Pedro Simonard sobre a geração que ganharia prêmios em festivais e resenhas lisonjeiras nos *Cahiers du Cinéma*:

Uma evidência que salta aos olhos neste ensaio tão sensível é que uma circunstância do Cinema Novo, talvez a mais marcante, o seu viés messiânico de dono da verdade, quase anula a sua proverbial veia contestadora e inconformista, atestando de certo modo a sua alienação e inata identificação com a classe dominante, como a reiterar que “a ideia dominante é a ideia da classe dominante”.

Momentos de peso na cinematografia nacional ganham testemunhos históricos de quem os viveu em pessoa. Assistente do diretor Eduardo Coutinho no célebre *Cabra marcado para viver*, Vladimir e companheiros interrompem as filmagens no Engenho Galileia, interior de Pernambuco, ante a notícia do golpe militar que depusera Jango. Escondidos câmera, tripé e acessórios no meio do mato, o grupo caminhou por entre espinhos e pedras do sertão, milagrosamente a salvo dos jipes do Exército em patrulha pelas redondezas. Foi quando o aprendiz de cineasta soube que, documentarista por vocação e escolha, jamais provaria o *glamour* dos tapetes que levam às palmas de ouro de Cannes e aos leões de Veneza: em sociedades injustas e violentas como a nossa, fazer documentários é expor-se corajosamente aos riscos da denúncia, do desafio, do confronto perigoso com tiranos e corruptos. Ante a força de quem podia prender, torturar e dar sumiço, crismava-se o diretor do longa-metragem que chegaria

às telas em 1971, pela obstinação com que vencera toda espécie de contratempo e obstáculo:

Nascia o embrião de *São Saruê*, com filme vencido, rebatedores feitos de quadros-negros dos grupos escolares; rapadura e farinha, pouca água. Um dia esquecemos um monte de latas da película já rodada em cima de um lajedo; quando voltamos pela caatinga espinhenta já era meio-dia, o sol no zênite, torrando tudo. As latas de filme estavam como chaleira quente fervendo, mudou toda a composição química, e o resultado é a textura pulverizada de areia que o documentário apresenta hoje, e os críticos dizem que foi “a troca do conteúdo pela forma através de uma imagem trepidante”. Que nada...

A *O país de São Saruê*, juntam-se *O homem de areia* (1982), *O evangelho segundo Teotônio* (1984) e *O engenho de Zé Lins* (2006), referências do que se pode compreender como “ciclo nordestino” na obra de Vladimir Carvalho. A homenagem ao romancista de *Fogo morto* é das maiores que já se fizeram a escritores brasileiros, com passagens comoventes. No leito em que morria de câncer, sem forças para aliviar a comichão nas partes íntimas, Zé Lins pede ao amigo Thiago de Mello que lhe coce os “quibas”. Lembrança que o poeta revive, entre lágrimas: “Eu meti a mão pela calça do pijama e cocei...”, gesto de grandeza que nem todo homem teria para com o pai.

Conterrâneos velhos de guerra (1990), *Barra 68, sem perder a ternura* (2000) e *Rock Brasília – Era de Ouro* (2011) destacam-se no “ciclo brasiliense” do diretor. O primeiro é um clássico, a ser obrigatoriamente citado em qualquer estudo sobre a construção da nova capital. Impressiona o depoimento do urbanista Lúcio Costa, que teima em negar a chacina de trabalhadores no canteiro de obras da Construtora Pacheco Fernandes. Ante a insistência do entrevistador Vladimir, põe por terra o refinamento do intelectual que se ilustrou em Paris e declara ser tudo invenção dos motoristas de táxi, eles gostam muito de mentir... E se tiver mesmo acontecido, que representa a morte de alguns operários, ante a epopeia que foi construir aquele colosso? Momento de insensibilidade e de pequenez humana, que a história brasiliense deve à argúcia com que Vladimir arranca a verdade de quem, no teto da casa-grande, dá as costas aos que se amontoam na senzala. Donos do poder insolentes o bastante para, sob o tacão do AI-5, invadir a Universidade de Brasília, humilhar professores e perseguir estudantes, violência que *Barra 68* mantém viva na memória dos que a sofreram e no espírito alerta dos que se recusam a tê-la de novo. Tempos medonhos cuja trilha sonora poderia ser das bandas Capital Inicial, Legião Urbana e Plebe Rude, a dizer e a cantar que ainda assim não se deve perder a esperança, com o valor que lhes confere o cineasta: “Este *rock and roll*, que ganharia a mais extraordinária visibilidade nacional, é o primeiro e mais bem-sucedido produto de toda a cultura saída da estufa brasiliense”.

Essa, a obra do diretor que faz de um filme bem mais do que “a maior diversão”, segundo aquele velho *slogan*. Para Vladimir Carvalho, cinema é realidade, cultura, história, documento, verdade, saber, a juntar as pontas de duas fantasias, a dos pobres de São Saruê e a dos nobres que dançam quadrilha na Praça dos Três Poderes. Grande, triste e desoladora metáfora de uma terra chamada Brasil.